



CPI é autorizada a divulgar documentos de inquérito

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Senadores Alvaro Dias e Fernando Collor conversam com presidente da CPI, Vital do Rêgo, pouco antes do início da reunião: dois acusados permaneceram calados

Despacho do STF sobre o caso Demóstenes preserva somente o sigilo dos telefonemas gravados pela Polícia Federal

O ministro Ricardo Lewandowski determinou que as demais peças do inquérito que envolve o senador poderão ser divulgadas a critério da CPI do Cachoeira, se os parlamentares entenderem que isso não atrapalhará as investigações. Segundo Alvaro Dias, como o pedido para o fim do segredo de Justiça partiu da comissão, a lógica é que a CPI decida pela divulgação dos dados. **5**

Ex-vereador trabalhou para Delta e Cachoeira **5**

Gurgel diz que acertou ao parar investigação **5**

Acordo integra ouvidorias do Legislativo

Por meio de acordo assinado ontem, Senado, Câmara e TCU vão compartilhar recursos de suas ouvidorias para ampliar diálogo com a sociedade. **2**



Eduardo Murici, deputado Nelson Marquzelli, senador Flexa Ribeiro, deputada Rose de Freitas, Sarney e Zymler na solenidade de ontem

Jane de Araújo/Agência Senado



Márcia Kalume/Agência Senado

Odacir Klein, Roberto Rodrigues, senador Waldemir Moka e Pepe Vargas

Ministro pede regra simples para cooperativa familiar

Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) defendeu em debate na CRA

a aprovação de uma lei que facilite a organização dos agricultores familiares. **6**

Debate recomenda adoção de cotas para conselheiras em estatais **4**

Reajuste em contrato de reforma pode ser proibido **8**

Comissão aprova inclusão da união civil de gays no Código Civil

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto da senadora Marta Suplicy que também permite transformar, no cartório, união civil de pessoas do mesmo sexo em casamento. Texto vai para a CCJ. **3**

Avaliação seriada para acesso a universidades federais **7**



José Cruz/Agência Senado

Juristas propõem que oferta de "gato" de TV a cabo se torne crime

A comissão especial de juristas que estuda mudanças no Código Penal propôs ontem que a pena vá de 1 a 4 anos de prisão para quem oferecer "gato". Grupo quer penas mais duras para os crimes contra os direitos autorais. **3**

Acordo de cooperação foi assinado ontem para promover a interação de recursos tecnológicos, materiais e de pessoal visando a um atendimento cada vez melhor aos cidadãos

Senado, Câmara e TCU integram ouvidorias

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, e a vice-presidente da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas, assinaram ontem acordo de cooperação entre as ouvidorias das três instituições. A iniciativa facilita a comunicação entre o Poder Legislativo e os cidadãos.

Para Sarney, “a ouvidoria é um dos mais valiosos instrumentos de visibilidade das instituições e essencial para aproximar ainda mais o Parlamento da sociedade”. O presidente do Senado lembrou que a estrutura é inspirada na tradição do *ombudsman*, cuja origem vem da Idade Média, mas que surgiu institucionalmente na Suécia, no começo do século 18.

— Sempre foi uma grande aspiração dos governantes saber o que pensam os governados — disse Sarney, em discurso na solenidade.

Sarney lembrou que, quando foi presidente da República, criou organismo semelhante, ocupado inicialmente pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, atual diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs).

Pelo acordo assinado ontem, haverá a interação de recursos tecnológicos, materiais e pessoais, estruturando uma rede ampla de relacionamento. Soluções bem-sucedidas poderão ser melhor compartilhadas, contribuindo para ampliar a transparência do



Sarney (C), com Rose de Freitas e Zymler: “Sempre foi uma aspiração dos governantes saber o que pensam os governados”

Congresso e do TCU, órgão auxiliar do Legislativo encarregado de fiscalizar o poder público brasileiro.

Se uma denúncia for encaminhada para uma instituição que não tem competência legal e administrativa para se pronunciar sobre o assunto, o atendimento será redirecionado para a unidade correta sem que o usuário tenha que realizar um novo contato, como ocorre atualmente.

Intercâmbio

— O acordo de cooperação aqui celebrado representa um importante e grande passo na direção de uma ouvidoria ainda mais forte e mais atuante. Teremos o que é absolutamente fundamental para o êxito de qualquer atividade: intercâmbio de informações e articulação de esforços — disse o senador Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), titular da Ouvidoria do Senado, criada em junho de 2011. Segundo ele, o número de atendimentos já passa de 3.200.

Sarney destacou ainda que buscar a fiscalização da sociedade é uma preocupação em toda a atuação do Senado, a começar pelo portal na internet.

— A nossa ouvidoria tem uma média mensal de 250 mensagens e pedidos de informações de toda natureza. E nosso portal hoje já dá quase a totalidade de tudo que acontece, sem nenhuma restrição — enfatizou.

A deputada Rose de Freitas, que representou o presidente da Câmara, Marco Maia, assinou que a democracia se fortalece e que a sociedade terá um ganho extraordinário com a troca de tecnologias e de informações propiciadas

pelo trabalho conjunto das ouvidorias.

O presidente do TCU, Benjamin Zymler, lembrou que o órgão tem uma ouvidoria há 11 anos e já respondeu a 15 mil pedidos de cidadãos e pessoas jurídicas em busca de informações. Ele disse que 25% desses pedidos trataram de irregularidades que levaram o TCU a tomar providências no âmbito do controle externo.

Eduardo Duailibe Murici, ouvidor do TCU, afirmou que o acordo firmado ontem concretiza uma mudança cultural extraordinária, destinada a envolver o cidadão e a sociedade na solução de problemas que afligem a todos.

A vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), e o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também participaram do evento, entre outras autoridades.

Internauta já pode propor temas para audiências públicas

Por meio do Portal e-Cidadania, lançado na semana passada, todo cidadão já pode propor temas para audiências públicas no Senado. As audiências permitem aos senadores debater assuntos importantes para o país, analisar problemas e discutir soluções com especialistas e representantes da sociedade.

Ao enviar uma proposta de debate, o internauta deve indicar o tema central, explicar a importância do assunto, indicar se há em tramitação algum projeto relacionado (não é obrigatório que haja) e sugerir o perfil dos convidados.

As sugestões serão avaliadas quanto ao interesse público e, se consideradas válidas, serão publicadas dentro de um prazo de sete dias. A partir daí, ficarão disponíveis durante três meses para votação dos demais internautas.

As propostas que tiverem, nesse período, pelo menos 10 mil manifestações de apoio, serão enviadas à comissão legislativa do Senado relacionada ao tema. Os senadores vão analisá-la e decidir se convocam ou não a audiência pública. Até agora, já foram apresentadas 17 sugestões.

Agripino elogia atuação dos presidentes do STJ e Senado

Ao prestar homenagem ao ministro Cesar Asfor Rocha pelos 20 anos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Agripino (DEM-RN) elogiou o papel do magistrado na modernização daquela corte, comparando-o à atuação do presidente do Senado, José Sarney, na promoção da transparência na Casa.

Para Agripino, a informatiza-

ção do STJ foi “obra e mérito” de Asfor Rocha, que contribuiu para o fortalecimento institucional do tribunal. O mesmo efeito teria sido obtido com a atuação cada vez mais intensa dos veículos de comunicação do Senado.

— Asfor Rocha é um homem que, no STJ, primou pela modernidade, como vossa excelência, que tem o mérito de ter



Agripino ressalta papel de José Sarney na transparência do Senado

trazido para o Congresso a TV Senado, o grande elemento de transparência da ação parlamentar de senadores, o **Jornal do Senado** e outras inovações — disse Agripino, dirigindo-se a José Sarney.

Aplicativo para iPhone traz seleção de notícias

Uma seleção das principais notícias publicadas sobre o Senado e os senadores é a nova funcionalidade do aplicativo Senado BR para iPhone e iPod Touch, disponível desde a quarta-feira. O *clipping* de notícias pode ser lido no aplicativo iBooks ou similares. O aplicativo *web* para iPad também foi atualizado.

O módulo de agenda na versão 1.2 passa a informar tanto os eventos semanais quanto a previsão diária de trabalhos no Senado. O aplicativo foi compatibilizado com o Plone, gerenciador de conteúdo baseado em *software* livre adotado pela Agência Senado.

O aplicativo Senado BR contém ainda os perfis dos

senadores e permite a consulta aos resultados das votações em Plenário e comissões — esta apenas na versão para iPad. Além disso, traz notícias produzidas pela Agência Senado e pelo **Jornal do Senado**. A nova versão para iPad traz acesso a um maior número de notícias, além das manchetes em destaque.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos de senadores

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa destina-se a pronunciamentos de senadores.

CÓDIGO PENAL: Reunião de juristas

9h Reunião da comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto do novo Código Penal. Eles vão analisar crimes ambientais, patrimoniais, hediondos e militares.

CRA: Debate em Ji-Paraná

14h A Comissão de Agricultura debate as novas tecnologias produtivas e as ações governamentais por meio de serviços de assistência técnica e extensão, associados ao crédito, para o desenvolvimento do meio rural. O presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia, Elisafan Sales, participa da audiência pública, em Ji-Paraná (RO).

PARLASUL: Desafios da América do Sul

17h Audiência pública sobre o tema “Crise, Estado e desenvolvimento: desafios e perspectivas para a América do Sul”. A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul vai ouvir, entre outros, o ex-ministro e ex-governador do Ceará Ciro Gomes.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão aprova inclusão de casamento gay no Código Civil

O Código Civil poderá reconhecer a união estável de casais homossexuais. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o projeto da senadora Marta Suplicy (PT-SP) que define como família “a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (PLS 612/11).

O projeto acaba com a exigência de que a relação seja entre homem e mulher, como estipula hoje o Código Civil.

O texto também permite a conversão da união estável entre homossexuais em casamento civil a partir de requerimento ao oficial do registro civil — os interessados devem declarar não ter impedimento para o casamento e escolher o regime de comunhão de bens.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) fez parecer favorável ao projeto, que agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se for aprovada lá e não houver recurso para exame no Plenário, poderá ir para a Câmara.

Segundo Marta, seu projeto apenas leva para o Código Civil uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O STF proibiu qualquer interpretação do Código Civil que impeça o reconhecimento da “união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar”.

— Foi uma coisa histórica [a aprovação na CDH], porque o Congresso nunca aprovou nada para os homossexuais. Meu projeto que trata da parceria civil [PL 1.151/95], muito aquém do que aprovamos hoje na CDH, está na Câmara há 16 anos e nunca foi votado. E o que combate a homofobia [PLC 122/06] está há muito tempo no Senado.

Lídice disse que o projeto “finalmente retira o Poder Legislativo da inércia em matéria de proteção jurídica aos casais de pessoas do mesmo sexo”:

— A despeito dos avanços, ainda é grande a insegurança jurídica em relação à matéria, sob cujos variados aspectos os tribunais superiores ainda não se manifestaram de forma definitiva.

Comissão do Código Penal sugere que condenação para quem oferecer ligações clandestinas de TV ou internet seja de 1 a 4 anos de prisão; propostas aumentam penas para violações dos direitos autorais

Juristas propõem que “gato” de TV a cabo leve à prisão

SE DEPENDER DA comissão de juristas que elabora para o Senado um anteprojeto do novo Código Penal, será condenado à prisão quem oferecer de forma clandestina sinais de TV paga e de internet. O “gato” passaria a ser crime.

Na proposta aprovada ontem, a comissão sugeriu pena de 1 a 4 anos de prisão.

A comissão foi criada por determinação do presidente do Senado, José Sarney, a partir de sugestão do senador Pedro Taques (PDT-MT).

O grupo também quer que os crimes contra os direitos autorais e a propriedade industrial sejam tratados com maior rigor.

Eles propõem punir com multas e com penas que vão de 6 meses a 2 anos quem promover a reprodução pública ou a publicação, com intenção de lucro, de livro, música ou vídeo musical sem autorização — por exemplo, a reprodução pública, sem pagamento de direitos autorais, de músicas gravadas em CDs ou DVDs.

Esse tipo de crime atualmente pode render uma pena



Gilson Dipp e Luiz Carlos Gonçalves, integrantes da comissão do Código Penal

que vai de 3 meses a 1 ano de prisão, substituível por multa.

Para o presidente da comissão, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, a atual Lei do Direito Autoral, de 1998, não dá tanta proteção.

— A propriedade intelectual hoje está sendo desprezada de forma acintosa no Brasil, num tempo de alta tecnologia que permite fraudes a esses direitos.

Os juristas tiveram o cuidado de afastar a hipótese de ato delituoso na reprodução de um único exemplar de obra intelectual ou fonograma para uso privado.

Na discussão, foi mencionada a situação de estudantes que tiram cópias de livros

para estudo. Atualmente, só é autorizada a cópia de algumas páginas e capítulos.

Ao fim, a comissão aprovou uma redação que não menciona restrição parcial ou liberação total da reprodução.

Para o professor Luiz Flávio Gomes, de todo modo a solução autoriza a reprodução total na hipótese de cópia única e sem finalidade de lucro, como já acontece de modo informal.

Diz o relator da comissão, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves:

— Ofender o direito autoral é prejudicial ao esforço do Brasil de se construir como nação e de encorajar o pensamento, a reflexão e o trabalho artístico.

Direitos autorais protegidos

Comissão aprovou propor ao Senado novos tipos penais e penas mais altas para crimes já existentes

CRIME	PENA ATUAL	PENA SUGERIDA
▶ Reprodução pública ou publicação de obras intelectuais, fonogramas (discos) ou videogramas (filmes e vídeos) sem autorização*	de 3 meses a um 1 ano de prisão ou multa	de 6 meses a 2 anos de prisão, além de multa
▶ Distribuição, venda ou aluguel de programa de computador sem autorização	<i>Não definida</i>	de 2 a 5 anos de prisão
▶ Venda ilegal de sinais de TV a cabo	<i>Não definida</i>	de 1 a 4 anos de prisão
▶ Plágio	de 3 meses a 1 ano de prisão ou multa	de 6 meses a 2 anos de prisão, além de multa
▶ Fabricar ou comercializar, sem autorização, produto protegido por patente de invenção	de 1 a 3 meses de prisão, além de multa	de 1 a 4 anos de prisão, além da multa
▶ Fabricar ou comercializar, sem autorização, produto de marca registrada	de 3 meses a 1 ano de prisão, além de multa	de 1 a 4 anos de prisão, além da multa

*A reprodução de um único exemplar para uso privado e exclusivo não será considerada crime.



Marta Suplicy mostra texto de seu projeto que inclui união gay no Código Civil

Crime tributário: pagamento da dívida pode extinguir punição

A comissão de juristas que prepara o anteprojeto do novo Código Penal aprovou alterações em crimes tributários e contra a Previdência Social.

Para o relator da comissão, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, os crimes contra a ordem tributária devem ter o mesmo tratamento dos crimes contra a Previdência, já que há “semelhança ontológica entre eles”.

Assim, o texto elimina alguns artigos do atual Código Penal — como o que trata da apropriação indébita previdenciária — e revoga a Lei Contra a Ordem Tributária.

O descaminho, hoje previsto entre os crimes contra a administração, passa a ser classificado como crime contra

a ordem tributária. As penas previstas para esses crimes, de 2 a 5 anos de detenção, continuam iguais.

O texto introduz uma novidade: a punibilidade poderá ser extinta se a dívida proveniente do crime tributário for paga antes da denúncia do Ministério Público. Se o pagamento ocorrer depois, a pena poderá ser reduzida.

O relator manifestou contrariedade. No seu entendimento, a extinção da pena pelo pagamento da dívida seria inconstitucional, pois os cidadãos teriam tratamento diferente — o devedor pobre “levará a pior”.

— O direito penal não pode se prestar a ser o cobrador de dívidas da União — afirmou.

Mais rigor contra fraude em licitação de remédio para SUS

A comissão de juristas quer punição mais rigorosa para fraudes em licitações nas áreas de saúde, educação e segurança pública. A ideia é aumentar a pena para quem fraudar, por exemplo, uma licitação para a compra de remédios para o SUS e alimentos para a merenda escolar.

As penas, porém, ainda não foram estabelecidas. A comissão optou por adiar para reunião da próxima segunda-feira a decisão sobre a majoração da pena.

Ao tratar da transposição da Lei de Licitações para o Código Penal, os juristas propuseram uma faixa mais ampla do tempo de prisão.

Para o caso em que o agente público deixar de realizar licitação pública (fora das hipóteses admitidas pela legislação), a pena passou a ser de 3 a 6 anos de prisão (o teto atual é de 5 anos).

Para o crime de devassa do sigilo de proposta licitatória, a comissão decidiu que o agente responsável deve ficar sujeito a pena de 1 a 4 anos de prisão. Hoje, a pena vai de 2 a 3 anos.

Pena de 4 anos de prisão para quem oferecer bebida a índio

A oferta de bebida alcoólica ou de qualquer substância que cause dependência (física ou psicológica) a indígenas poderá ser tipificada como novo crime. A ideia é punir os autores com pena de prisão de 2 a 4 anos, conforme proposta aprovada pela comissão de juristas.

— Essa é uma conduta de extrema gravidade, que colabora com a quase dizimação de comunidades indígenas. Os efeitos são deletérios porque os índios não estão preparados para lidar com isso — disse o relator da comissão, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.

Apesar da existência de normas que já protegem cultos e práticas religiosas, os juristas decidiram classificar como crime específico o escarnecimento de cerimônia, rito, costumes ou tradições culturais indígenas, o que pode resultar em pena de prisão de 6 meses a 2 anos. A mesma punição será aplicada para atos de vilipêndio ou perturbação de suas práticas.

A adoção do mínimo de 40% de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista foi recomendada por especialistas ouvidos ontem na CAS

Cotas para conselheiras podem servir de exemplo

A ADOÇÃO DO mínimo de 40% de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista foi recomendada pelos participantes da audiência que discutiu ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) prevendo a cota. Todos os especialistas destacaram a iniciativa (PLS 112/10) como um exemplo que as empresas estatais devem dar para o setor privado.

Pela proposta, o preenchimento dos cargos será gradual: 10% de mulheres até 2016, 20% até 2018, 30% até 2020, e 40% até 2022. A matéria já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, da CAS, vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde já tem parecer favorável de Marta Suplicy (PT-SP). Maria

do Carmo argumenta que, nas 20 maiores empresas públicas brasileiras, a participação de mulheres nos conselhos de administração não passa de 5%, enquanto o nível de ocupação de mulheres no mercado de trabalho é superior a 47%.

A superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Heloisa Bedicks, destacou a ausência, no projeto, da previsão de sanção para quem descumprir a determinação. Marta ponderou que a inclusão de sanção pode dificultar a aprovação da proposta.

João Vicente Claudino (PTB-PI), relator na CAS, lamentou que as mulheres precisem provar competência e experiência anterior para terem crédito como gestoras, “enquanto o homem pode ser uma aposta: ele é contratado pelo futuro”.

Segundo o pesquisador da

Universidade de São Paulo (USP), Alexandre Di Miceli, um maior número de mulheres nos centros decisórios resulta em diversidade de pontos de vista e, conseqüentemente, em “decisões mais acertadas, melhor desempenho financeiro, melhor aproveitamento do capital humano, menos conflitos internos, menos operações com risco extremo, melhores práticas de governança, valorização da adoção de padrões éticos e melhor sensibilidade social e de mercado”.

Para o representante da BM&F Bovespa, Carlos Alberto Rebello, o mérito deve embasar as nomeações. Ele observou que os primeiros concursos públicos para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovavam maioria do sexo masculino, mas hoje a maioria dos aprovados são mulheres.



Alexandre Di Miceli (E), Casildo Maldaner, Heloisa Bedicks e Carlos Alberto Rebello na Comissão de Assuntos Sociais

Ana Rita: aprovação rápida da PEC do Trabalho Escravo



A senadora Ana Rita (PT-ES) parabenizou os deputados federais pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo. A proposta será analisada pelo Senado.

— Em fazendas, diariamente, são encontradas pessoas alojadas em barracos improvisados com lonas, sem banheiros ou com banheiros sem nenhuma condição de higiene, sem água potável e com alimentação de baixa qualidade.

Ana Rita pediu aos senadores que a votação da PEC seja feita com rapidez.

Jucá quer regime especial para construção de creches



O senador Romero Jucá (PMDB-RR) fez um apelo aos parlamentares pela pronta aprovação de projeto de sua autoria que tem objetivo de facilitar a construção de creches e pré-escolas. O PLS 169/12 cria

um regime especial de tributação que pretende diminuir os custos das obras.

A proposta de Jucá pretende auxiliar na meta anunciada pela presidente Dilma Rousseff de construir 1.500 creches pelo programa Brasil Carinhoso.

Petecão: parlamentares da Bolívia denunciam abusos



O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) falou da visita feita ontem ao Senado por parlamentares bolivianos. De acordo com o senador, eles denunciaram violações aos direitos humanos e à democracia em seu país.

De acordo com o senador, os parlamentares relataram que a imprensa boliviana está impedida de revelar a verdadeira situação do país e que a democracia é inexistente na Bolívia. Disse que muitos parlamentares da oposição estão impedidos de deixar o país.

Wellington: meta do Brasil Carinhoso é fim da miséria



O senador Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o Programa Brasil Carinhoso é “muito mais do que um programa de creche”. Segundo ele, a principal meta é retirar as famílias da miséria.

Wellington disse que as creches farão complementação alimentar e garantirão a cobertura de vacinas. Mas serão os R\$ 70 por membro da família que contar com uma criança menor de 6 anos que possibilitarão o cumprimento da meta da presidente Dilma Rousseff de erradicar a miséria no país até 2014.

Taques: representação contra Brindeiro e denúncia de acordo



Segundo Pedro Taques (PDT-MT), existe “quase que um acordo” entre PT e PSDB para que integrantes dos dois partidos não sejam investigados pela CPI do Cachoeira.

O senador anunciou ter ingressado na Justiça Federal com ação cautelar (preparatória para ação popular) para tornar indisponíveis os bens e ativos da Delta Construtora, e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com representação contra o ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro, “que recebeu dinheiro da empreiteira em triangulação financeira”. Taques informou que R\$ 200 mil saíram da conta da Delta foram depositados na conta do escritório de advocacia de Brindeiro.

Alvaro Dias defende investigação da Delta nacional e de Cavendish



“O grande escândalo do esquema Cachoeira é a relação de promiscuidade entre o poder público e empresas capitalizadas pela empresa Delta”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador pediu à CPI mista preferência para a votação do requerimento de convocação de Fernando Cavendish, acionista majoritário da Delta, e pela quebra dos seus sigilos. Afirmou que, se a CPI não for além das operações policiais, “deverá ser condenada pela opinião pública”.

Alvaro disse que de 2007 a 2012 a Delta teve empenho superior a R\$ 4,1 bilhões, sendo que 90% desse total com origem no Dnit.

— A presença do governo, da União, nessa investigação é inevitável — disse.

Pedro Simon pede manifestação popular para pressionar os integrantes da CPI

Só uma mobilização popular, com ajuda das redes sociais, pode dar força aos trabalhos da CPI do Cachoeira, afirmou Pedro Simon (PMDB-RS). O senador convocou os jovens do país a pressionarem os integrantes da CPI com manifestações em frente ao Congresso na próxima terça-feira.

— Ninguém pode saber como será a votação dos requerimentos. Mas eu garanto: com os jovens aqui na frente será uma coisa, sem eles, outra — argumentou.

Simon elogiou a iniciativa de

Pedro Taques (PDT-MT), Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) de apresentar ação popular pedindo a suspensão da venda da Delta Construtora



e a nomeação de um interventor para administrar a empresa, evitando transferências de recursos a seus sócios-proprietários.

Para o senador, a medida deveria ter sido “a primeira a ser tomada pela CPI, em vez de surgir de ação individual de parlamentares, um mês depois da instalação da comissão.

Cinismo de Cachoeira mostra sua confiança na impunidade, diz Couto



“O cinismo de Carlinhos Cachoeira em seu depoimento à CPI simboliza a desmoralização do Congresso”, disse Mário Couto (PSDB-PA), mostrando foto do jornal *O Globo* em que o contraventor aparece rindo.

— Olha como ele ri da nossa cara, sabendo que nada vai acontecer! O germe da corrupção disseminado pelo PT no Brasil fez nascer vários Cachoeiras, muitos ainda nem foram descobertos. O Tribunal de Contas diz à Presidência da República que há 545 obras superfaturadas no país e o que acontece? Nada — afirmou.

Para Cristovam, honra do Congresso depende dos membros da CPI



Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), “ninguém será tão importante para o país nas próximas semanas quanto os integrantes da CPI do Cachoeira”.

— Está nas mãos dessas pessoas a honra do Congresso. Esses homens e mulheres não podem deixar passar este momento de investigar não só a Delta, mas qualquer outra empresa que seja suspeita de cumplicidade com atos criminosos. Não podem deixar a ideia de um Congresso irresponsável, conivente, despreparado, passivo — disse.

Por escrito, Gurgel alega que acertou ao suspender investigações

A CPI mista que investiga o contraventor Carlinhos Cachoeira recebeu ontem a resposta do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, às indagações feitas por integrantes da comissão. Em sete páginas, Gurgel afirma que tomou a decisão acertada ao suspender, em 2009, as investigações da Operação Vegas, da Polícia Federal, que apurou esquema de jogo ilegal comandado por Cachoeira.

Os parlamentares pediam esclarecimentos sobre o motivo da descontinuidade das investigações. Iniciada em 2008, a Operação Vegas teve os autos enviados à PGR devido ao envolvimento de pessoas com foro privilegiado. Um mês depois, a subprocuradora da República Cláudia Sampaio, mulher de Gurgel, respondeu à Polícia Federal que não havia elementos suficientes para denunciar os envolvidos com

prerrogativa de função.

No documento enviado à CPI, Gurgel informa ter recebido o inquérito em setembro de 2009 e constatado que não havia “fato penalmente relevante” que pudesse ensejar a instauração de inquérito no Supremo Tribunal Federal.

“Se assim não tivesse agido a Procuradoria-Geral da República, não se teria desvendado o grande esquema criminoso protagonizado por Carlos Cachoeira”, assinala.

O procurador diz que a investigação, na época, já apontava para a ligação de Cachoeira com o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) e os deputados Sandes Júnior (PP-GO) e Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO).

“Os fatos relacionados pela autoridade policial, apesar de graves, não adentravam a esfera penal, situando-se, ainda, no campo ético”, justifica.

Ele sustenta que a remessa do inquérito ao STF poderia atrapalhar as investigações. “Certamente revelaria a existência da investigação. Decidi sobrestar o inquérito no intuito de possibilitar a retomada das interceptações telefônicas e da investigação”, argumenta.

Segundo Gurgel, o prosseguimento das investigações com a Operação Monte Carlo, que é posterior à Vegas e resultou na prisão de Cachoeira, comprova que sua decisão foi acertada.



Para Gurgel, Operação Monte Carlo foi prova do acerto de sua decisão

Para opositoristas, resposta do procurador à CPI foi satisfatória

As explicações do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, à CPI mista foram consideradas satisfatórias por vários senadores. No entanto, o principal defensor da ida de Gurgel à CPI, Fernando Collor (PTB-AL) não falou sobre as respostas.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), “a prova de que Gurgel agiu certo é que há pessoas presas e investigadas, além de um amplo material colhido”.

— Muitas vezes uma mesma investigação da Polícia Federal pode levar três, quatro anos. O Ministério Público foi sensato — disse.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), quem não considerou satisfatórias as respostas de Gurgel deve procurar a CCJ e representar contra o procurador-geral por crime de responsabilidade.

— Eu não entendo que tenha havido prevaricação. Vamos tirar a PGR e tentar chegar ao foco, porque a CPI está patinando — alertou.

Randolfe Rodrigues cobra convocação de governadores

Para Randolfe Rodrigues, nada justifica a demora na convocação de governadores e na quebra do sigilo da Delta nacional. O senador disse que é preciso mudar o rumo na CPI. Pedro Taques (PDT-MT) e Kátia Abreu (PSD-TO) também defendiam a votação de requerimentos ainda ontem.

— A CPI está patinando, não quer avançar, vai por um mau rumo — disse.

Ele argumentou que isso reforça a necessidade de quebra do sigilo da Delta nacional.

— Foi uma demonstração que a CPI tem que mudar de rumo. Todos que estão lá no [Complexo Penitenciário da] Papuda vão ficar calados. Temos que nos detalhar na quebra de sigilo e nos dados que já existem — afirmou.

Além da convocação dos senadores, a próxima reunião da CPI deve examinar um requerimento que pede a quebra de sigilo da Delta em todo o país.

CPI poderá revelar parte do inquérito de senador

Despacho do ministro do STF Ricardo Lewandowski determina que o sigilo de Justiça na investigação que envolve o senador Demóstenes Torres limite-se às gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, relator da investigação que envolve o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), autorizou ontem a CPI que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados a divulgar parte do inquérito que antes tramitava sob sigilo de Justiça.

O despacho do ministro mantém o sigilo apenas sobre as ligações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal. As demais peças que integram o inquérito, já em poder da CPI e guardadas numa sala-cofre, poderão ser divulgadas a critério da comissão.

Permanecem com direito a acessar inclusive as interceptações telefônicas as partes envolvidas: réus, investigados

e seus advogados.

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou positiva a decisão por atender ao interesse público. Como o pedido para o fim do sigilo partiu da CPI, ele disse que é lógico esperar do colegiado a divulgação dos dados.

Lewandowski também autorizou o envio à CPI de nove CDs com mais gravações telefônicas recebidos da 11ª Vara Federal em Goiânia.



Ex-vereador de Goiânia, Garcez (E) diz que era ele, e não Cachoeira, quem queria comprar casa do governador de Goiás

Acusado diz que prestava serviço legal

Único dos três depoentes a falar ontem na CPI do Cachoeira, o ex-presidente da Câmara de Goiânia Wladimir Garcez disse ter prestado apenas trabalhos legais ao contraventor e à construtora Delta. Ele informou que, por serviços de assessoria a Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta, recebia R\$ 20 mil. E pelo mesmo trabalho para Cachoeira, mais R\$ 5 mil.

O ex-vereador afirmou que foi ele, e não Cachoeira, quem quis comprar uma casa de luxo do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). O imóvel estava à venda por R\$ 1,4 milhão. Garcez disse que pediu dinheiro emprestado a Cláudio Abreu, que lhe repassou três cheques.

— Minha intenção era fazer negócio, revendendo a casa, mas não consegui. Cláudio me pressionou e consegui passar a casa para o professor e empresário Walter Paulo e quitar minha dívida — alegou.

Ele negou ter entregado dinheiro no palácio do governo de Goiás, conforme indicam

gravações da Polícia Federal.

— Repassei os três cheques, assinados nem sei por quem, para um assessor do governador — resumiu.

As explicações não convenceram o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG).

— Este senhor era operador político da organização criminosa de Cachoeira. Já foi condenado por improbidade administrativa e mantinha relações com o governo de Goiás. O depoimento confirmou que ele tem uma relação íntima com Marconi Perillo, pois ninguém entrega R\$ 1,4 milhão na mão de uma pessoa que não confia — disse.

Os outros acusados de participar do esquema do contraventor — Jairo Martins de Souza e Idalberto Matias de Araújo, o Dadá — ficaram calados ontem, seguindo o exemplo de Cachoeira, que compareceu à CPI na terça. Todos justificaram o silêncio com o direito constitucional de não fornecerem provas contra si mesmos. O grupo foi preso em operação da PF.

Perguntas do relator motivam críticas da oposição

Durante a sessão de perguntas a Wladimir Garcez, o relator da CPI, deputado Odair Cunha, foi criticado pela oposição. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), por exemplo, afirmou que os questionamentos se direcionavam para atingir o governador de Goiás, Marconi Perillo, e o PSDB.

Em defesa do relator, o senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que todas as perguntas tiveram como base o inquérito criminal.

Na terça-feira, a CPI deve ouvir Cláudio Abreu, ex-diretor regional da Delta. Na quarta, estão marcados outros três depoimentos: José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira da Cruz e Lenine Araújo de Souza, todos acusados de ligação com Cachoeira.

Paim explica estada em casa do ex-vereador

Paulo Paim (PT-RS) rebateu em Plenário as declarações de Wladimir Garcez sobre o fato de ele, senador, já ter se hospedado com a família na casa de campo do ex-vereador goiano em Três Ranchos, a 300 quilômetros de Goiânia.

Segundo Paim, ele esteve em Goiânia para receber uma

homenagem e fazer uma palestra. Como costuma viajar por todo o país para participar de eventos desse tipo, prefere hospedar-se nas casas indicadas pelos responsáveis pelos convites, mesmo sem conhecer os proprietários.

— Não tenho culpa se um cidadão, na Câmara de

Vereadores, encaminha o pedido de homenagem, como uma placa ou um título de cidadão, e depois diz que me conhece. Diz que me conhece porque eu já fui a Goiás, recebi uma homenagem na Câmara de Vereadores e fiz uma palestra sobre previdência. Fui num dia e voltei no outro — explicou.



Como presidente em exercício da comissão, Eduardo Suplicy (4º à esq.) ouve o representante da Unicafes, Daniel Rech

Renan apoia texto em defesa da competitividade

O artigo de opinião “Bases para uma agenda pró-competitiva”, do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, publicado no *Correio Braziliense*, foi classificado por Renan Calheiros (PMDB-AL), como pertinente e relevante na discussão de uma geração sustentada de renda para o país.



Mencionando os juros excessivos, a burocracia e a irracionalidade tributária, Renan salientou a persistência de gargalos que reduzem a competitividade do Brasil numa sociedade globalizada. Mas se declarou otimista com as diretrizes do governo federal, especialmente diante das recentes ações da presidente Dilma Rousseff contra as elevadas taxas de juros, e destacou a tarefa do Senado em avaliar continuamente o sistema tributário.

Cristovam Buarque (PDT-DF), em aparte, também se disse impressionado pelo artigo do presidente da CNI.

Ministro pede a senadores regras mais simples para cooperativismo

Segundo Pepe Vargas, pela lei atual as pequenas cooperativas não conseguem competir com micro e pequenas empresas, que se beneficiam do Simples Nacional. Audiência na Comissão de Agricultura discutiu ontem um novo marco legal para o setor

O MINISTRO DO Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, pediu aos senadores que aprove uma lei para o cooperativismo com regras mais simples, que facilitem a organização dos agricultores familiares. Em audiência realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir o novo marco legal, Vargas disse que pequenas cooperativas não conseguem competir com micro e pequenas empresas, que se beneficiam do Simples Nacional.

Vergílio Perius, presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, sugeriu mudanças nos PLs 3/07 e 153/07, que tratam do novo marco legal e tramitam na CRA. Ele criticou, por exemplo, a possibilidade de formação de cooperativa por pessoa jurídica.

— Uma montadora de automóveis, poderá formar uma cooperativa com

peças jurídicas de supermercados. Isso acabaria com o fisco, o Brasil inteiro vai formar cooperativa, para não pagar mais impostos — disse.

O relator dos projetos na CRA, Waldemir Moka (PMDB-MS), mostrou-se confiante na construção de um voto que congregue o cooperativismo. E o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas, disse estar convicto de que o setor reúne “mais convergências do que divergências”. A entidade defendeu a centralização do cooperativismo.

— Há um organismo com funções legais para coordenar atividades dos mais diversos ramos. Retirar isso seria altamente prejudicial — opinou Odacir Klein, outro representante da OCB.

O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que já presidiu a OCB, argumentou que a legislação deve refletir a unicidade. Já o economista Paul Singer,

secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, classificou como “absurdo” o modelo atual.

— Há grandes diferenças entre as cooperativas, que são tão heterogêneas como é a sociedade brasileira — disse.

Com opinião semelhante, Daniel Rech, da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), citou juristas que consideram inconstitucional a associação compulsória.

Autores do requerimento para o debate, Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltaram a importância de um novo marco legal para o cooperativismo. A lei em vigor tem mais de 40 anos (Lei 5.764/71).

Para Ana Amélia, a audiência mostrou caminhos para compatibilizar os segmentos. O Brasil tem cerca de 6.600 cooperativas, divididas em 13 setores e com mais de 10 milhões de cooperados.

Suplicy afirma que audiência ouviu diferentes pontos de vista

Eduardo Suplicy (PT-SP), que na audiência foi presidente em exercício da CRA, disse depois em Plenário que a reunião foi uma oportunidade de diálogo e debate esclarecedora para os parlamentares, que puderam ouvir os mais diversos pontos de vista a respeito do cooperativismo, durante cerca de três horas e meia.

Suplicy aproveitou para

esclarecer à jornalista Maria Lima, do jornal *O Globo*, que o fato de senadores terem cumprimentado Demóstenes Torres (sem partido-GO) na quarta-feira não significa propriamente que tenham tomado qualquer decisão a respeito do seu destino, no Conselho de Ética ou na CPI do Cachoeira.

— Trata-se de uma atitude de boa educação — afirmou.

Casildo adverte que é preciso elevar a formalização no setor

Também no Plenário, Casildo Maldaner (PMDB-SC), registrou sua participação na audiência da CRA e ressaltou que, no Ano Internacional do Cooperativismo, o sistema dá contribuição relevante ao Brasil.

Ele informou que 20% da população de Santa Catarina faz parte de cooperativas,



Waldemir Boreto/Agência Senado

e, indiretamente, metade dos catarinenses está envolvida no movimento. Em seu ponto de vista, é preciso modernizar a lei e elevar as metas de

formalização — segundo estatística que apresentou, 30 mil cooperativas atuam na informalidade.

Mozarildo defende criação de free-shops em cidades de fronteira

O projeto de lei da Câmara (PLC 11/12) que autoriza o funcionamento de *free-shops* em 28 cidades-gêmeas de cidades estrangeiras na fronteira foi defendido ontem por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O senador disse que o projeto vai melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento do comércio local, promovendo a geração de renda em cidades abandonadas.

— Em Pacaraima [Roraima] pagamos todos impostos. Em Santa Helena [Venezuela] não há pagamento de impostos nenhum. O que se compra no Brasil por um preço, do outro lado custa um quinto — disse Mozarildo.

O PLC 11/12 é relatado por Mozarildo na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e por Ana Amélia (PP-RS) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No dia 23, os dois se reuniram com o presidente da Câmara, Marco Maia, autor da proposta, para costurar um acordo de aprovação.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rio+20 pode deixar legado positivo para o Brasil, afirma Collor



Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que a Rio+20 poderá deixar um legado positivo

para o país, já que a comunidade internacional espera do Brasil liderança não só na negociação, mas na implementação do desenvolvimento sustentável.

— O Brasil, que encontra dificuldades em competir nas áreas de custos de produção ou de tecnologia, teria seus produtos mais bem recebidos caso o país fosse reconhecido como exemplo de sustentabilidade.

O senador informou que mais de cem líderes já confirmaram presença na Rio+20.

Paim debaterá em Canoas fim do voto secreto para cassação

Paulo Paim (PT-RS) comunicou que será debatida nos próximos dias em Canoas (RS) a proposta de emenda à Constituição (PEC 50/06) de sua autoria que estabelece o voto aberto nos casos de aprovação de autoridades; de perda de mandato parlamentar; e no exame de vetos.

— Eu não entendo, em plena democracia, nós ainda estarmos votando secretamente — afirmou.

Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta já pode ser votada em Plenário. Paim ressaltou que o voto secreto não está presente nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Dinamarca e em vários outros países.

Randolfe: censo mostra desigualdade regional no Brasil



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que o Censo 2010, feito pelo IBGE,

mostra “que a forte e histórica desigualdade regional brasileira ainda persiste”.

— Isso claramente fere a Constituição e mostra a limitação que ainda temos que superar — disse o senador.

Randolfe comparou alguns índices regionais do censo e disse que, para que a desigualdade possa ser superada, o país precisa promover um conjunto de reformas estruturais, como a tributária, e um novo pacto federativo.

Comissão de Direitos Humanos aprova sugestão de estudante que participou do Projeto Jovem Senador: uso da avaliação seriada feita no ensino médio como método de seleção para a educação superior federal

Ideia de aluna vira projeto sobre acesso a universidade

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem sugestão apresentada no Projeto Jovem Senador que inclui os programas de avaliação seriada, realizada por meio de exames ao final de cada ano do ensino médio, entre os mecanismos de acesso às instituições federais de ensino superior. Ana Rita (PT-ES) recomendou a aprovação.

A sugestão, que partiu da estudante Jéssica Renata Perez, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A intenção da autora era colocar a avaliação seriada como única forma de acesso, mas emenda apresentada ainda no Projeto Jovem Senador garantiu a manutenção de outras formas de seleção, como o vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ana Rita concordou com o ajuste, ponderando que o ingresso pode ocorrer tardiamente, o que inviabilizaria a aplicação exclusiva da avaliação seriada.



Lidice da Mata, Roberto Requião e Ana Rita participam da audiência na comissão

Com a decisão da CDH, a sugestão será formatada em projeto de lei e seguirá tramitação normal no Congresso.

Dos nove requerimentos de audiência aprovados ontem, um guarda relação com a sugestão de Jéssica. Trata-se do pedido de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, para realização de debate sobre o Portal e-Cidadania, do Senado. Lançada na semana passada, a iniciativa já recebeu da população — via internet — 12 sugestões legislativas sobre temas diversos.

Segunda-feira, a CDH faz audiência sobre a violência contra jornalistas. O debate foi pedido por Paim. Ele propõe também debates sobre proteção à fauna marinha, meio ambiente aquático e perseguição a ativistas ambientais; relação entre salários e o PIB; Dia Internacional da Educação; direito dos indígenas à terra; ameaça de demissão de comissários de voo; condições de trabalho dos peritos do INSS; e desemprego gerado no Brasil por barreiras comerciais na Argentina.

Ariano Suassuna recebe apoio para indicação a Prêmio Nobel

Autor de obras como *O Auto da Compadecida*, o escritor paraibano Ariano Suassuna poderá ser indicado pelo Brasil como candidato ao Prêmio Nobel de Literatura de 2012. Este é o objetivo do Requerimento 234/12, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O senador pediu que a Presidência do Senado, “utilizando os meios diplomáticos competentes”, indique o nome de Suassuna à apreciação da Academia Sueca, como candidato brasileiro ao prêmio. Requereu ainda que a instrução seja feita com colaboração do Ministério das Relações Exteriores.

Na justificativa, Cássio observou que a vida e a obra de Suassuna contêm “uma



Luiz Henrique preside reunião da CRE que deu apoio unânime a escritor

expressão filosófica que consegue transpor as limitações temporais e de gerações, conseguindo atingir todos os públicos”.

O senador lembrou ainda que obras do escritor foram traduzidas para o inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, holandês, italiano e polonês.

Textos beneficiam dependentes de diplomatas

A CRE aprovou também quatro projetos de decreto legislativo (PDSs) destinados a autorizar o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de diplomatas. Os acordos foram firmados com Jamaica (PDS 71/12), Zimbábue (PDS 74/12), Albânia (PDS 76/12) e Guiné-Bissau (PDS 81/12). Os quatro acordos seguem para o Plenário.

Foi autorizada ainda a participação de integrantes da comissão em audiência pública da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) no Rio de Janeiro, durante a Rio+20, ao lado de parlamentares de países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Raupp pede transposição de servidores de Rondônia



Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ser justa a luta de 20 mil servidores públicos de Rondônia que, desde que o estado deixou de ser território, lutam pela transposição para os quadros da União. Ele relatou que 2 mil servidores fecharam anteontem a BR-364 em protesto pela transposição, que foi aprovada pelo Congresso em 2009, mas depende de instrução normativa pelo governo.

Benedito quer mais metrô e veículos leves sobre trilhos

Benedito de Lira (PP-AL) ressaltou que o Brasil precisa buscar uma política sustentável de mobilidade urbana para as grandes cidades.

— Uma greve de metroviários causou um nó no trânsito e paralisou a sexta cidade mais populosa do mundo — exemplificou, ao comentar o caso de São Paulo. Para ele, os governantes erram ao privilegiar o transporte individual em detrimento do coletivo e pediu a construção de metrô e de veículos leves sobre trilhos (VLTs).

Rolleberg prevê veto de parte da lei florestal e nova MP

A presidente Dilma Rousseff deverá vetar toda a parte do novo Código Florestal que define critérios de recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) e editar medida provisória baseada no texto aprovado pelo Senado, incluindo também regra específica para agricultores familiares. A previsão foi feita por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF).

Dilma tem até hoje para decidir sobre a nova lei, podendo vetar ou sancionar, no todo ou em parte, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Para Rolleberg, o veto se justifica pelo fato de o texto aprovado representar a possibilidade de anistia a desmatadores.

Para Ana Amélia, MP que reduz salários é inconstitucional

Ana Amélia (PP-RS) criticou a MP 568/12 por reduzir o salário de diversas categorias.



— A redução é inconstitucional e não pode ser abrangida por compensações que poderão ser retiradas ou modificadas — argumentou.

Ela afirmou que a MP foi mal recebida pelos servidores públicos federais, em especial das áreas da medicina e da medicina veterinária, cujos salários podem cair até 50%. Ana Amélia propôs uma audiência pública na comissão que analisa a MP 568/12.

Projeto de Bauer ajuda jovem com primeiro emprego

Projeto de lei que torna compulsória a contratação de aprendizes maiores de



18 anos foi anunciado por Paulo Bauer (PSDB-SC). O número de contratados poderá variar conforme o número de funcionários da empresa — até 200 empregados regulares equivaleriam a 2% de aprendizes.

— O problema do primeiro emprego não pode ser deixado para o livre jogo do mercado. O melhor momento para adotar medidas que promovam inserção dos jovens é quando a economia vai bem — afirmou Bauer.

Souza apoia demandas da marcha de prefeitos



Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou as reivindicações levadas ao Congresso pelos prefeitos

reunidos na 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Da pauta apresentada, o senador apontou quatro temas: *royalties* de petróleo e gás; pisos salariais nacionais; endividamento previdenciário; e legitimação para propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs).

Lúcia Vânia critica retenção de recursos

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou a retenção, pelo governo, de recursos para investimentos federais e a falta de definição de marcos regulatórios em diversos setores.

A senadora citou reportagem da *Folha de S.Paulo* que relata a diminuição dos investimentos, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A parlamentar também reclamou da demora na definição de marcos regulatórios nos setores elétrico e de infraestrutura.

Delcídio: comércio de carne é concentrado



Delcídio do Amaral (PT-MS) relatou sua participação em reunião da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da

Justiça sobre a concentração do comércio de carne entre poucas grandes empresas.

— Mato Grosso do Sul tem aproximadamente 70% de sua carne comercializada por dois frigoríficos — disse.

Waldemir Moka (PMDB-MS) também participou da reunião.

Lopes: aquicultura pode alavancar o PIB



Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que o Brasil tem condições de desenvolver a aquicultura de

forma que a atividade ajude a alavancar o produto interno bruto do país. Segundo o senador, o Brasil produz cerca de 1 milhão de toneladas de pescado por ano, movimentando R\$ 5 bilhões e gerando 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Para Lopes, o potencial do setor é muito maior.

Lei permite hoje que contratos para reforma de prédios públicos tenham o valor reajustado em até 50% em relação ao custo previsto em contrato; proposta aprovada por comissão reduz aumento para até 25%

Projeto limita aumento de custos em obras públicas

EMPREITEIROS E PRESTADORES de serviços poderão perder a possibilidade de aumentar em 50% os custos estimados nos contratos com o poder público para a reforma de edifícios ou de equipamentos.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem um projeto que acaba com essa permissão — que é “usada de forma irresponsável”, de acordo com a autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS). O limite passaria a ser de 25%.

A senadora disse que a importância do projeto (PLS 25/12) pode ser atestada pelo caso Delta, sob investigação na CPI do Cachoeira.

Segundo a parlamentar, o uso da permissão do reajuste do valor inicialmente contratado, mediante acréscimos, normalmente ocorre “em



Senadores Blairo Maggi e Lúcia Vânia: projeto limita reajustes de contratos

prejuízo da administração e dos cofres públicos”:

— Como um mantra que se repete indefinidamente, é praticamente certo que um contrato de reforma de edifício ou de equipamento será acrescido em 50% do seu valor inicial. Não há o que justifique tamanha abertura, para ser usada sem medida e irresponsavelmente.

O relator, Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP), também destacou a importância da proposta. De acordo com o senador, a alteração exigirá melhor planejamento dos gestores públicos.

Aloysio disse que pedirá para relatar a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a examinará em decisão terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário).

Aprovada mudança em fundos constitucionais

Criados para financiar a atividade produtiva nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, os fundos constitucionais não podem destinar mais do que 20% de seus recursos para o comércio e os serviços. Para acabar com essa restrição, está em análise no Senado o PLS 648/11, que foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR).

O próximo passo na tramitação do projeto é seu exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Quando apresentou a proposta, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendia o fim do limite de 20% somente para o Distrito Federal, onde o setor de serviços é predominante.



Wellington Dias e Benedito de Lira: benefício para os setores de comércio e serviços

O relator da matéria, José Pimentel (PT-CE), estendeu a medida.

Pimentel lembrou que, quando a Constituição criou esses fundos, o setor de serviços não tinha a importância que tem hoje. Inicialmente, os fundos não financiavam o comércio e

os serviços. A possibilidade de destinar até 20% dos recursos a esses segmentos aconteceu em 2001.

— As micro e pequenas empresas ligadas ao setor de serviços e comércio representam o segmento que mais cresce e mais emprega no país, mas enfrentam dificuldades para obter crédito.

Para extinguir o limite de 20%, o projeto altera a Lei 7.827/89, que regulamenta o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Na reunião de ontem, a CDR elegeu seu novo vice-presidente: Eduardo Amorim (PSC-SE).



O presidente do Senado, José Sarney, e a bancada de deputados federais do Amapá estiveram ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a convite do presidente daquela corte, ministro Ari Pargendler. O magistrado agradeceu ao Legislativo pela construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Amapá, em Macapá. A obra, já concluída, foi possível graças a emenda da bancada amapense ao Orçamento da União de 2011, no

valor de R\$ 21,6 milhões. Durante o encontro, em que estiveram presentes vários ministros do tribunal, foi também renovado termo de cooperação entre o STJ e o Senado para a impressão de exemplares da Constituição, com foto do tribunal na capa, a serem distribuídos a estudantes. Participaram da assinatura a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Florian Madruga.

Pinheiro teme por redução do FPE e FPM

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que as medidas de estímulo à economia podem ter efeitos negativos nos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), devido à redução de alíquotas de alguns impostos.

— Os recursos deixarão estados e municípios, mais uma vez, sem a capacidade de cumprir suas obrigações com a educação — disse.



Anibal: medidas garantem crescimento

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou as medidas econômicas para assegurar o crescimento

econômico do país. Para o senador, as explicações dadas ao Senado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, terça-feira, foram “alvissareiras”. Sobre as mudanças na poupança, o parlamentar disse que o investimento continua sendo a aplicação mais interessante para o pequeno e o médio poupador.



Vanessa quer mais incentivo para moto

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou preocupação com a indústria de duas

rodas (motos e bicicletas), a segunda mais importante da Zona Franca, atrás apenas da de eletrodomésticos. Apesar de ter sofrido 35% de demissões no início do ano, o setor não foi beneficiado pela redução do IPI.

— Estamos solicitando [ao governo] incentivos fiscais e abertura de crédito para compra de motocicletas.



SENADORA HOMENAGEIA ÉTICA DE JEFFERSON PERES

Vanessa Grazziotin lembrou anteontem os quatro anos do falecimento do senador amazonense Jefferson Peres (1932–2008), destacando a admiração que o parlamentar despertou em todo o Brasil por sua luta pela ética na política e na administração pública.

— Ele deixou um importante legado para a juventude, que teve em sua figura mais um exemplo de que é possível trilhar o caminho da política no seu significado mais nobre. Ela lembrou ter atuado ao lado de Jefferson Peres na Câmara de Vereadores de Manaus, para a qual foram eleitos em 1988 pela mesma coligação.